

1 **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO ANO DE 2017, DO CONSELHO**
2 **MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA** de Curitiba, realizada aos
3 vinte dias do mês de abril de dois mil e dezessete, na Sala de Reuniões da Coordenação
4 dos Direitos da Pessoa com Deficiência, com início às dez horas, com a presença dos
5 seguintes **Conselheiros Governamentais**: Denise Maria Amaral de Oliveira Moraes e
6 Fernanda Costa Peixoto Primo da Secretaria do Governo Municipal; Carla Cristine Braun
7 da Fundação de Ação Social; Cleide Luzia Langowski da Secretaria Municipal de
8 Finanças; Cristiane H. Glir da Secretaria Municipal de Saúde; Regina Simone Gonçalves
9 da Silva e Gisele Zake Youssef da Secretaria Municipal de Esporte, Lazer e Juventude;
10 Nadia Garcia da Silva da Urbanização de Curitiba. **Conselheiros da Sociedade Civil**:
11 Cristianne Bara Matei Pacheco de Carvalho da Associação de Pais e Amigos dos Surdos;
12 Suely Camargo Hieda da Associação do Deficiente Motor; Mauro V. Claudio Nardini da
13 Associação dos Deficientes Físicos do Paraná; Claudiane Pikes dos Santos da Fundação
14 Ecumênica de Proteção ao Excepcional; Anderson Tomelim da Associação Renascer;
15 Marisa Amada Pires Sella da Associação Mantenedora do Centro Integral de Prevenção.
16 **Justificativas**: Não houve. **Outras presenças**: Sheila Regina Corrêa do Instituto
17 Paranaense de Cegos; Marco Aurélio de Freitas Margarida da Diretoria Financeira/FAS e
18 Renata Cristina Carneiro da Superintendência de Assistência Social/FAS.

19
20 **INÍCIO**: A presidente Denise cumprimentou a todos e deu início à reunião, agradecendo a
21 participação dos conselheiros. Ressaltou que é uma Reunião Extraordinária com pauta
22 única, a apresentação da LDO 2018.

23
24 **Apresentação da LDO 2018**: A Diretora Financeira da FAS e conselheira Cleide iniciou a
25 apresentação explicando sobre os trâmites do sistema da Secretaria Municipal de
26 Finanças, que está aberto desde o dia 06 de abril e fecha hoje, dia 20 de abril de 2017.
27 Informou que já houve discussão prévia com as Diretorias da FAS quanto às informações
28 das ações da pessoa com deficiência, portanto é necessário apresentar e aprovar no
29 Conselho. Discorreu sobre a proposta da Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2018 do
30 FAD, abordando sobre os conceitos quanto às peças orçamentárias: PPA, LDO e LOA. O
31 Plano Plurianual 2018-2021, com elaboração em agosto de 2017, consiste no
32 planejamento de médio prazo, por quatro anos. É visão de futuro, grandes estratégias.
33 Será elaborado de acordo com o novo Plano de Governo do município. A Lei de Diretrizes
34 Orçamentárias - LDO 2018, com elaboração em abril de 2017, trata do planejamento para
35 um ano, com as diretrizes a serem seguidas (objetivos, ações e metas). E a Lei
36 Orçamentária Anual - LOA 2018, com elaboração também em agosto de 2017, consiste
37 no planejamento para um ano, com os valores das despesas de custeio e investimentos.
38 Excepcionalmente neste ano, que é o primeiro ano da gestão, a LDO é elaborada antes
39 do PPA. Apresentou a previsão de valores, com base nos últimos anos, dos totais das
40 fontes, por origem dos recursos, tendo a fonte Tesouro Municipal a previsão do valor de
41 R\$ 1.250.000,00, computado o valor que recebido do Estar, sendo em média R\$
42 90.000,00 por mês e a fonte Própria, o valor de R\$ 105.000,00, totalizando R\$
43 1.355.000,00. Apresentou as telas do sistema e explanou sobre as ações contempladas
44 na LDO referentes aos dois novos programas de governo: Viva Curitiba Cidadã e Viva
45 Curitiba Que Não Dorme. No Programa Viva Curitiba Cidadã, a ação 2265 refere-se a
46 divulgação de campanhas informativas e educativas de utilidade pública, com meta de 1
47 campanha anual; esclarecendo que com relação as metas a Diretoria Financeira está
48 sendo prudente, pois se não cumprido, abaixo de 75% deverá ser justificado ao Tribunal
49 de Contas, na ocasião da prestação de contas de 2018. Foi questionado quanto a

[Handwritten signatures and initials]
1



50 ultrapassar a meta, se terá recurso e o gerente Marco Margarida esclareceu que se
51 houver recurso disponível no Fundo e for deliberado pelo Conselho, será possível. No
52 Programa Viva Curitiba Que Não Dorme, que trata mais do acolhimento institucional, são
53 3 ações: 1255, transferência de recursos às entidades privadas para serviço de
54 acolhimento institucional, na área de assistência social, com meta de 3 termos realizados.
55 A assistente social Renata esclareceu que estas metas são projetadas para o
56 atendimento via chamamento público e citou 3 entidades (APAE, Pequeno Cotelengo e
57 Instituto Paranaense de Cegos) que realizam este serviço de acolhimento e que podem
58 formalizar a parceria via chamamento público. A conselheira Suely ressaltou que se for
59 para abrigo são exclusivamente estas. A conselheira Carla esclareceu que o recurso do
60 FAD possibilita a apresentação de projetos pontuais destas entidades, seguindo os
61 critérios e apresentando a documentação, pode-se formalizar termo de colaboração.
62 Quanto a ação 2292, transferência de recursos às entidades privadas para serviço de
63 acolhimento institucional, na área de assistência social, com meta de 3 termos realizados,
64 Renata esclareceu que a diferença é que um recurso é para material de consumo e outro
65 é para material permanente e a projeção é para as mesmas entidades. Marco esclareceu
66 como classifica a ação. A ação 2293, desenvolvimento e execução de serviços de
67 acolhimento institucional e abordagem social, à pessoa com deficiência, a meta é de 300
68 pessoas com deficiência atendidas. A conselheira Carla esclareceu que o poder público
69 tem a parceria com as 3 entidades, e a projeção é o atendimento às pessoas via
70 instituição. A Diretora Cleide informou ainda que, no Programa Viva Curitiba Cidadã são 4
71 ações: 1240, transferência de recursos às entidades privadas, que atuam na área de
72 assistência social com meta de 5 termos realizados e Renata esclareceu que são 5
73 entidades projetadas para chamamento público, sendo Associação Curitibana de Apoio e
74 Integração, Associação do Deficiente Motor, Associação Ruth Schrank, AMENA e
75 Associação Tia Maria e justificou que de acordo com os critérios do Marco Regulatório,
76 estas entidades estão aptas para participarem do chamamento público, mas que será
77 aberto para todas as entidades se cadastrarem. A conselheira Cristianne questionou
78 quais os critérios que estas tem, diferente das outras entidades e Renata explicou que
79 conforme levantamento de informações de documentação e convênio, estas estão aptas.
80 Os conselheiros argumentam que tem bem mais entidades aptas e citam que no último
81 chamamento foram 19 atendidas. Marco informou que de acordo com o Decreto Municipal
82 1067 e a Lei 13.019, faz-se necessário rever a Resolução do Fundo para o atendimento
83 às novas legislações e prever o atendimento às entidades. O atendimento pode ser
84 ampliado, mas o recurso será dividido conforme o valor disponível. A conselheira
85 Cristianne questionou sobre os critérios que estão sendo adotados e o conselheiro Mauro
86 questionou se as outras entidades foram avaliadas para definir se não estão de acordo
87 com os critérios e ressalta que o número de entidades é 43. A conselheira Carla e Renata
88 explicaram sobre a base de cálculo utilizada e que essas entidades estão com projetos
89 vigentes no Fundo. Os conselheiros questionaram quais são estes projetos, pois no ano
90 passado não houve aprovação de projetos, somente o chamamento. A conselheira Suely
91 ressaltou que deve ser sobre o projeto de 50 metas da Básica, que foi renovado. Foi
92 esclarecido que não é acolhimento e sim o Serviço de Convivência. Renata explicou
93 sobre a memória para a LDO, que é uma projeção, não necessariamente serão estas
94 entidades, o chamamento é aberto e de acordo com o recurso e critérios, as entidades se
95 habilitam. A Diretora Cleide continuou explicando sobre a Ação 1241, aquisição e
96 reposição de equipamentos e material permanente, com meta de 4 itens adquiridos, de
97 acordo com média de outros anos. A ação 2266, desenvolvimento e execução de ações
98 de atendimento à pessoa com deficiência, tem meta de 670 pessoas com deficiência

2



99 atendidas, Renata esclareceu que a ação é voltada para o atendimento direto da FAS, no
100 Centro Amigo Curitibano. A ação 2267, transferência de recursos às entidades privadas,
101 que atuam na área de assistência social com meta de 5 termos realizados, Renata
102 esclareceu que são as mesmas 5 entidades, a diferença é material de consumo e
103 permanente. A Diretora Cleide, explicitou ainda sobre o Programa de Operações Especial,
104 ação 0067, que se refere ao pagamento de indenizações e restituições, com previsão de
105 1 pagamento efetuado. O conselheiro Mauro questionou qual o critério utilizado para
106 estabelecer o valor a ser destinado para o chamamento público, tendo em vista que são
107 43 entidades em Curitiba e Renata esclareceu que o chamamento público é para todas as
108 entidades, mas foi estabelecida meta baixa, razoável, pois se não atendido é preciso
109 justificar junto ao Tribunal de Contas e se aparecem mais entidades, o valor é dividido.
110 Renata ressaltou que os critérios para o chamamento público serão estabelecidos pelo
111 próprio Conselho. É destacado que a discussão sobre o chamamento não iniciou ainda,
112 que é preciso rever a resolução adequando a nova legislação e é preciso discutir sobre o
113 chamamento público desse ano, qual o interesse maior do Conselho, é atender quantos
114 tipos de deficiência, estabelecer critérios, pois o recurso não é tão grande. A conselheira
115 Carla esclareceu que as 5 entidades apresentadas foram as que apresentaram projetos
116 para a execução do serviço de convivência. Os conselheiros questionaram sobre a
117 utilização dos recursos para o Centro Amigo Curitibano, se o recurso já era utilizado pela
118 FAS. Lembrem-se do recurso do Programa Amigo Curitibano, que nenhuma entidade
119 mais recebe. Questionaram sobre o valor utilizado e se foi aprovado pelo Conselho. O
120 conselheiro Mauro informou que a ADFP se habilitou, é a única que desenvolve o serviço
121 tipificado de Centro Dia de Referência, informou que teve um chamamento público e que
122 não foi aprovado, pois haviam entendimentos diferentes quanto a execução. Estão
123 aguardando novo chamamento para este serviço. A conselheira Suely questionou sobre a
124 adequação das entidades para execução do Centro Dia, pois o edital dará deserto, pois
125 as entidades não estão aptas para desenvolver este tipo de serviço e o conselheiro Mauro
126 ressaltou que as entidades tiveram que se adequar à Assistência Social e as entidades
127 mistas tiveram que definir sua atividade preponderante para certificação no Conselho.
128 Renata esclareceu a ação 2066, que está prevista pela Resolução 10 de 2016, do
129 CMDPCD, que traz que órgão público pode apresentar projeto para o Conselho e o
130 conselheiro Mauro ressaltou que foi definido número de projeto para o poder público.
131 Renata reforçou sobre a projeção das metas, enquanto diretriz e espera que tudo seja
132 aprovado. A conselheira Fernanda questionou se o Conselho não aprovar, como
133 cumprirá, justifica-se e Renata esclareceu que o Conselho pode alterar alguma meta, mas
134 será preciso justificar de acordo com as prioridades de atendimento. Explicou que trata-se
135 de recurso público e precisa ser justificado, é para ter transparência no uso do recurso. A
136 conselheira Cristianne questionou sobre as metas do atendimento do Centro Dia Amigo
137 Curitibano, que não tem informações precisas para verificar e considerou uma meta alta
138 para cumprimento com recursos do Fundo. Renata explicou que quando o projeto for
139 apresentado, deverá ser claro. A conselheira Cristiane retomou a Resolução 10, no artigo
140 1º "Os recursos do FAD serão disponibilizados para atender, total ou parcialmente,
141 projetos e serviços que visem: prevenção, educação, inclusão educacional, habilitação e
142 reabilitação, inclusão cultural, inclusão desportiva, inclusão social, inclusão no mundo do
143 trabalho, acessibilidade, lazer, tecnologia e a promoção dos direitos da pessoa com
144 deficiência, elaborados pelo próprio CMDPCD, pelo poder público e/ou por entidades da
145 sociedade civil sem fins lucrativos que atuam no atendimento e inclusão da pessoa com
146 deficiência." Lembrou que quando discutido sobre o poder público, o entendimento era um
147 repasse de recurso para atender a pessoa com deficiência, independente do serviço. A





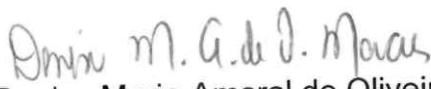
148 conselheira Fernanda colocou que não fica restrito ao Centro Dia, na projeção a meta do
149 público a ser atendido é para todos os projetos do poder público, e não só do Centro Dia
150 da FAS, e não é certo que será aprovado pelo Conselho. Renata retomou que é uma
151 projeção e a conselheira Carla citou que tem a FAS, a SMELJ e outras Secretarias que
152 atendem a pessoa com deficiência. Marco explicou sobre as telas do sistema, e que se
153 houver mais projetos apresentados serão acrescentados no lançamento da LDO para
154 contemplar todas as quantidades. Dentro da ação tem o detalhamento, onde será
155 investida a ação. Renata esclareceu que historicamente, desde 2015 está sendo
156 apresentada a média de atendimento do poder público de 666, aprovado pelo Conselho.
157 Cristiane ressaltou que o equívoco está no atendimento da meta pelo Centro de
158 Convivência, pois na ação não diz que tem que ser para o Centro de Convivência Amigo
159 Curitibano, não especifica quem realizará, pode ser para qualquer projeto. Renata
160 esclareceu que o atendimento é do poder público e que foi feita uma memória, com média
161 e possibilidade de atendimento, que este projeto é uma projeção, uma referência, podem
162 ter outras Secretarias com outros projetos. Marco citou quanto ao atendimento à
163 Secretaria da Pessoa com Deficiência, que não foi só para o Amigo Curitibano. A
164 conselheira Marisa questionou se for preciso a realização de uma conferência, de onde
165 sairá o recurso e Marco explicou que sairá do Fundo e que deve ser detalhado. A
166 conselheira Marisa posicionou-se que embora não houvesse concordância com algumas
167 terminologias, ficou clara a apresentação. A conselheira Suely abordou sobre os projetos
168 do poder público, dentro de uma emergência, poderia ser utilizado recurso do Fundo e a
169 conselheira Cristiane reforçou que o recurso é para ser destinado à pessoa com
170 deficiência, abrindo a possibilidade de apresentação de projetos ao FAD. Marisa ressaltou
171 que as entidades tem muitos anos de atuação e que a cada mudança de gestão há a
172 apresentação de projetos do governo, com programa novo da Prefeitura, deveria haver
173 previsão de onde vem o recurso, pois todos que são deficientes estarão no contexto de
174 utilização do recurso do FAD. Explicitou sobre as dificuldades das entidades em se
175 manter e não fechar e citou ainda as dificuldades em acessar os recursos, com critérios,
176 que indeferem os projetos. Reforçou que a Prefeitura tem que manter seus programas. A
177 conselheira Suely aborda quanto à Resolução que respalda a possibilidade de
178 apresentação de projetos pelo órgão público. Questionaram sobre a perda da Secretaria
179 da Pessoa com Deficiência, com a possibilidade de atender a pessoa com deficiência. A
180 conselheira Carla ressaltou que estão sendo utilizados todos os mobiliários e os serviços
181 continuarão e que após apresentação do projeto, as Comissões e o Conselho vão discutir,
182 vão analisar e aprovar ou não. Discutem sobre a meta e citam que os Projetos
183 PARAJAP's e JOIN já atenderiam esta meta. Renata informou que os outros Fundos
184 também estão nesta mesma lógica, de apresentação de projetos do poder público e o
185 mais importante é o atendimento do usuário. A conselheira Suely concordou, mas se
186 preocupa com o atendimento de qualidade. A conselheira Carla citou o recurso do Estar e
187 a conselheira Suely justificou que este recurso foi para socorrer as instituições com
188 dificuldades. O conselheiro Mauro questionou se tem sido renovado ou aumentando o
189 número de estacionamentos regulamentados e citou que alguns anos atrás identificaram
190 uma falha grande no repasse do Estar e a conselheira Carla sugeriu como pauta de
191 reunião, com apresentação do SETRAN quanto aos critérios. A presidente Denise sugeriu
192 também as emendas. É discutido que as emendas não entram no chamamento e a
193 gerente Dayana explicou que no ano passado o recurso da Emenda foi para o Fundo e foi
194 feito chamamento e este ano as emendas não vieram para a FAS ainda, não está definido
195 como será, se vai para as entidades ou para o Fundo. As emendas federais estão
196 direcionadas às entidades. A conselheira Cristianne observou que o FAD tem uma

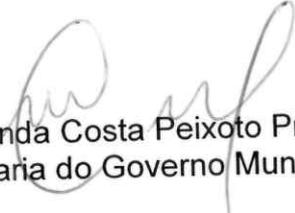
4
ser

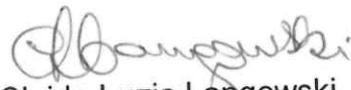
197 previsão de recursos de R\$ 1.355.000,00 e considerou que se todas as entidades
198 acessarem este recurso, ele será dividido, ficando R\$ 30.000,00 para cada uma, menor
199 que o teto do FAD, não é um recurso tão grande. Outra questão é quanto as emendas,
200 preocupa-se pois não está definido e se não for organizada até maio e junho, não sairá,
201 pois tem que ter o tempo hábil e até 31 de dezembro assinado. Ressaltou que no ano
202 passado não acessaram este recurso e o mesmo voltou para o tesouro, para a Prefeitura.
203 São dois pontos que é preciso acelerar e a conselheira Suely contribuiu que o recurso
204 deverá ser dividido só entre as entidades, não pensando no poder público, se não o
205 recurso diminui muito. O conselheiro Mauro questionou quanto ao superávit e Marco
206 esclareceu que este lançamento é para 2018 e que no valor de R\$ 1.355.000,00 tem que
207 entrar recurso mês a mês. Explicou ainda que neste ano, há o superávit mais o valor do
208 ano, sendo o valor de saldo de superávit é de R\$ 2.000.000,00, sendo que este valor não
209 poderá ser utilizado enquanto não for revista a Resolução do Fundo, para ter critérios de
210 repasse e daí será ser definido como destinar este recurso. Se for utilizado este ano, ano
211 que vem não haverá este cálculo de superávit. A conselheira Cristianne ressaltou ainda,
212 que em 2016 nenhuma entidade acessou o recurso de superávit pela questão burocrática.
213 Reforçou as dificuldades em acessar este recurso, pois a cada ano tem critérios novos
214 que emperram o andamento dos processos. Dayana informou aos conselheiros quanto ao
215 chamamento do FAD e que os termos estão sendo elaborados, sendo que nos próximos
216 dias as entidades contempladas serão chamadas para assinatura dos convênios.
217 **Decisão: LDO 2018 aprovada.**

218

219 **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada e lavrada por mim,
220 Maria Aparecida Martins Camatari, a presente ata que, após apreciação e aprovação será
221 assinada pelos(as) conselheiros(as) do CMDPcD, titulares ou na titularidade:


Denise Maria Amaral de Oliveira
Moraes
Secretaria do Governo Municipal


Fernanda Costa Peixoto Primo
Secretaria do Governo Municipal


Cleide Luzia Langowski
Secretaria Municipal de Finanças


Carla Cristine Braun
Fundação de Ação Social



Regina Simone Gonçalves da Silva
Secretaria Municipal de Esporte,
Lazer e Juventude

Gisele Zake Youssef da Secretaria
Municipal de Esporte, Lazer e
Juventude



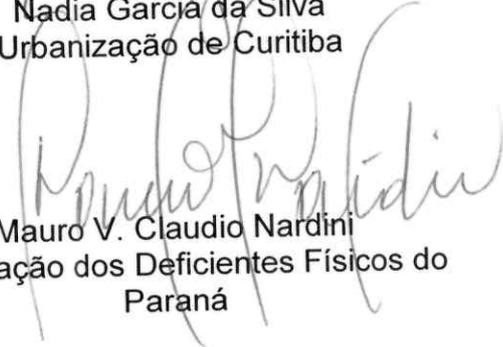
Cristiane H. Glir
Secretaria Municipal de Saúde



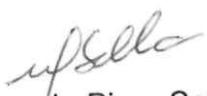
Nadia Garcia da Silva
Urbanização de Curitiba



Cristianne Bara Matei
Pacheco de Carvalho
Associação de Pais e Amigos dos
Surdos



Mauro V. Claudio Nardini
Associação dos Deficientes Físicos do
Paraná



Marisa Amada Pires Sella
Associação Mantenedora do Centro
Integral de Prevenção



Suely Camargo Hieda
Associação do Deficiente Motor



Claudiane Pikes dos Santos
Fundação Ecumênica de Proteção
ao Excepcional



Anderson Tomelim
Associação Renascer